

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 27.^a Sessão Ordinária
Realizada em 27 de Abril de 1971 (Têrça-Feira)

Prseidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguiinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsani Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel Gilberto Carvalho, Hélio Marfrinato, Igo Losso, João Fedel, João Mansur, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maucício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os srs. deputados Erondy Silvério, Jorge Sato e Pinto Dias (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente, declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sol a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

Do senhor deputado Arauto Zezerra, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, comunicando a eleição e posse da nova Mesa naquele Legislativo, para o período de 1971-1973. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 172, do senhor deputado Orlando Spínola, presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, comunicando a eleição e posse da Mesa diretora daquele Legislativo. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 48-71, do senhor deputado Alcino Santos, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, comunicando sua distinção na liderança da Maioria daquele Legislativo, bem como a escolha dos Vices-Líderes, senhores Theodorico de Assis Ferrazo e Lucio Merçon.

Circular sob o n. 108-71, do senhor Carlos A. Meissner Osorio, secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, comunicando que sob indicação do Senhor Governador do Estado, assumiu o cargo daquela Pasta. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 268-71, do senhor Cássio Bittencourt Macedo, secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prestando informações a requerimento do senhor deputado Maurício Fruet. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 270-71, do senhor Cássio Bittencourt Macedo, secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prestando informações a requerimento do senhor deputado Igo Iwari Losso. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 408-71, do senhor cel. José Carlos de Avellar, comunicando que assumiu o cargo de Comandante da Polícia Militar do Estado, pelo Decreto Governamental. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 100-71, do senhor João Victor Costa, presidente da Câmara Municipal de Siqueira Campos, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo, para o período 1971-1973. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 72-71, do senhor Dionísio Assis Dal-Prá, Prefeito Municipal de Paranavaí, congratulando-se com o senhor deputado Wilson Fortes, pela sua eleição à Presidência desta Casa. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 50-71, do senhor Justo Fernandes Couso, comunicando que assumiu o cargo de Prefeito Municipal do Estado de Santa Catarina, pelo espaço de 6 (seis) meses, em consequência da licença solicitada pelo prefeito senhor Albertino Delamuta. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 1-71, do senhor Otto Augusto Back, presidente da Câmara Municipal de Manoel Ribas, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 1-71, do senhor Ivo José Sumeck, presidente da Câmara Municipal de Mariópolis, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 1-71, do senhor Otávio Castro, presidente da Câmara Municipal de Coronel Vivida, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal para o exercício de 1971-1972. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n. 1-71, do senhor dr. Jesus Alves Soares, presidente da Câmara Municipal de Jussara, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 316-71, do senhor João Guido Chiarotti, presidente da Câmara Municipal de Mandaguá, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1971-1972. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do senhor Getúlio Ferrari, comunicando que assumiu o cargo de Prefeito Municipal de Campo Mourão, pelo espaço de 30 dias, por motivo de licença para tratamento de saúde, do senhor prefeito Horácio Amaral. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Circular sob o n. 1-71, do senhor Santo Pedrazzoli, presidente da Câmara Municipal de São João do Caiuá, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1971-1972. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 204-DP-71, do senhor Levy Rabello, diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, comunicando haver sido reconduzida e empossada a Diretoria da COHAPAR. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Do senhor Maurílio Silva Corrêa, comunicando que assumiu o cargo de Diretor Técnico do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, de acordo com o Decreto n. 35 do excelentíssimo senhor Governador do Estado, em data de 17 de março de 1971. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Do senhor Joaquim Ferreira Lôbo Nenê e Hugo Adamowski, presidente e 1.º Secretário da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1971-1972. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 1-71, do senhor Nelson Soares, presidente da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquela Casa, no biênio 1971-1972. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 50-71, do senhor Guido Arzua, presidente do Conselho Estadual de Educação, convidando a Presidência desta Casa, para a Sessão Solene de Posse dos novos Conselheiros daquela entidade. — **Ao conhecimento do sr. Presidente.**

Sob o n. 504-71, do senhor Leonidas Buy, comunicando que em data de 31-2-71, assumiu as funções de Delegado da 1.ª Delegacia Regional da Fazenda, sob Portaria n. 304 de 30 de março do ano em curso. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

TELEGRAMA:

Do senhor Negrão de Lima, governador do Estado da Guariabara, no seguinte teor:

Agradecendo gentileza comunicação ofício 52-71, Vg fogo vossencia aceitar et transmitir seus Pares votos pleto êxito trabalhos Assembléia Legislativa pt ats sds pt. — **Ao conhecimento da Casa.**

INDICAÇÃO:

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, indica o deputado Maurício Fruet, para compor a Comissão Especial que estudará o ante-projeto de Lei Orgânica dos Municípios e o deputado Nivaldo Krüger como suplente.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

Indicação

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, indica o sr. deputado Antonio Belinati, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que procurará levantar irregularidades nos serviços de taxis e transportes coletivos municipais e intermunicipais.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

REQUERIMENTOS:

— O sr. deputado Domício Scaramella, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 99-70, de autoria do ex-deputado Olívio Belich.

De autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para a Mensagem Governamental n. 6-71, que trata do aumento de vencimentos dos servidores públicos do Estado.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido nas Atas dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao sr. Newton Sponholz e à Editora o "Debate", de Irati pelo lançamento no próximo dia 1.º de maio do livro "A Terra e o Homem do Sul do Paraná, Problemas e Perspectivas", em Imbituva, como parte das comemorações do primeiro centenário daquele Município.

Senhor Presidente, o nosso requerimento, prende-se em virtude de o livro "A Terra e o Homem do Sul do Paraná, Problemas e perspectivas", se constituir numa valiosa obra que bem analisa as peculiaridades daquela região, constituindo-se em uma inestimável contribuição ao estudo da ecologia da sub-região dos pinhais.

Outrossim, requer ainda, seja enviado ofício desta Assembléia, comunicando a decisão desta Casa de Leis, ao autor e à Editora.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ao exmo. sr. general Emílio Garrastazú Médici, digníssimo Presidente da República e ao exmo. sr. Marechal do Ar, Márcio de Souza Mello, congratulações pela promoção do Brigadeiro do Ar, Délio Jardim de Mattos, ao Posto de Major Brigadeiro.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O Major Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, comandante da Escola de Oficiais Especialistas e Infantaria de Guarda de Curitiba, durante três anos. Seu passado na FAB o credenciam como um dos Oficiais que mais serviços tem prestado à causa da integração nacional. Foi Sub-Chefe da Aeronáutica e da Casa Militar do Presidente Castelo Branco. Foi, ainda, adido da Aeronáutica na França no ano de 1.966. E, finalmente, um dos pilotos que mais horas tem no Correio Aéreo Nacional.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor da presente Proposição, nos termos do Regimento Interno, requer, ouvida a Casa, seja formulado um apêlo ao excellentíssimo senhor Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no sentido de que o Imposto de Circulação de Mercadorias devido pelos compradores de madeira em tora, seja recolhida dentro do mesmo prazo concedido

aos demais contribuintes, e não no prazo de vinte e quatro (24) horas, como vem ocorrendo, o que ocasiona sérios problemas para essa classe de consumidores, face à exiguidade de tempo que dispõem para cumprir com a referida obrigação fiscal.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1971.

(a) **Domício Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja estudada a possibilidade de se providenciar um local de destaque no Plenário destinado às autoridades que visitam nossa Assembléia. Essas autoridades, quando anunciadas pela presidência geralmente estão colocadas na galeria, não podendo, desta maneira, serem distinguidas, daí nossa intenção em poder situá-las melhor.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) **Domício Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado, por esta Casa, pedido de informações ao senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado no teor que abaixo especifica:

- 1 — O IPE está pagando vantagens a funcionários que ocupam cargos de direção? Em caso afirmativo, a que título?
- 2 — Quanto a autarquia já dispensou, de 15 de março até a presente data, em diárias com diretores?
- 3 — Funcionários à disposição do IPE recebem vantagens? Quais?
- 4 — Quantos funcionários, de outros órgãos públicos, foram lotados no IPE, a partir de 15 de março dêste ano até a presente data?
- 5 — Se existir, relacionar os ocupantes de cargo de direção, sem vínculo com o IPE, as gratificações e vantagens que percebem.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) **Alvaro Dias**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja encaminhado apêlo ao excelentíssimo senhor professor Haroldo Carvalhido, digníssimo Secretário de Educação e Cultura no sentido de que o mesmo determine providências urgentes para o equipamento da Escola de Aplicação "Evaristo da Veiga", que funciona na sede do Município de Londrina.

Cêrca de 400 meninos e meninas estão ameaçadas de ter que assistir, a partir de 8 de maio vindouro, suas aulas de pé ou sentados no chão, já que o referido estabelecimento de ensino perderá as suas carteiras escolares, bem como as mesas utilizadas pelas professoras, em virtude das mesmas não pertencerem à escola, mas sim do Liceu "Mario de Andrade", de onde foram emprestadas.

Apesar das reiteradas solicitações dos diretores daquela Escola, até agora a Secretaria de Educação e Cultura não os atendeu e o referido empréstimo de carteiras, foi medida obrigatória para que a Escola de Aplicação não sofresse solução de continuidade.

Segundo as estimativas previstas seriam apenas de Cr\$ 20 mil à Cr\$ 30 mil os totais a serem gastos pelo Governo do Estado, na aquisição daquelas carteiras e mesas.

Por ser uma medida de alto interesse do ensino paranaense, temos certeza de que a S.E.C., providenciará, com urgência, a referida solicitação.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) **Alvaro Dias**

Requerimento

Senhor Presidente:

Com a audiência da Casa e nos termos do Regimento Interno, o Deputado subscritor do presente, requer seja formulado um apêlo ao excelentíssimo senhor Ministro dos Transportes, no sentido de serem tomadas providências para que seja suplementada a verba necessária para a continuação das obras da BR-369.

A medida por nós ora preconizada é, "data venia", das mais justas, pois se trata de via de ligação com a BR-376 (Rodovia do Café), pela qual se escoar abundante e variada safra da região compreendida pelos Municípios de São Pedro do Ivaí, Bom Sucesso, Jandaíia do Sul, São João do Ivaí e Fenix.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) **Gilberto Carvalho**

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados infra assinados, componentes da Comissão Especial de Reforma da Lei Orgânica dos Municípios, já constituída, levam ao conhecimento da douta Mesa, que irão proceder à instalação da referida Comissão, no próximo dia 29, quinta-feira, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária desta Casa.

Outrossim, solicitam seja reiterada pela Mesa a necessidade de ser indicado o nome do senhor Deputado do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a mencionada Comissão Especial.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(aa) **Wilson Brandão, Cândido Machado Oliveira, Armando Queiroz e Antônio Lopes Júnior**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. ouvido o Plenário, que se encaminhe apêlo ao sr. Secretário de Obras Públicas, no sentido de que aquela Pasta apresse as providências que já estão tomadas, relativamente à instalação de Rede de Energia Elétrica, ao longo da BR-116. São imensas as indústrias que desejam se instalar à beira da referida rodovia, não o fazendo até agora, em virtude da absoluta falta de energia elétrica.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) **Quielise Crisóstomo**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

Requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao exmo. sr. desembargador dr. Luiz Silva Albuquerque, pela sua merecida recondução à Presidência do Conselho Regional dos Escoteiros do Paraná, voto extensivo também aos demais membros eleitos.

O desembargador dr. Luiz Silva Albuquerque, é um grande idealista do escotismo e muito tem feito pelo progresso da entidade, não só no âmbito paranaense como nacional. Assim é, que como entusiasta da sadia orien-

tação de nossa juventude S. Exa. merece os aplausos de todos os representantes paranaenses.

Requeiro, finalmente, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da deliberação da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, que comemorará o seu 60.o aniversário de fundação, no próximo dia 30 do corrente.

Requer, outrossim, que, uma vez aprovado êste requerimento, dêle seja dado conhecimento àquela prestigiosa entidade de classe.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) Lázaro Dumont

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 45-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.o — Fica transferido para o Departamento de Estrada de Rodagem do Estado do Paraná, o trecho de rodovia municipal, compreendido entre Mallet, Município de Mallet e Barra do Potinga, Município de São Mateus do Sul (Via Faxinal, Palmital e Pontilhão).

§ Único — A transferência do trecho acima é efetivada com finalidade de o DER., proceder a retificação da estrada, promover seu revestimento primário e manter sua conservação.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) Acyr José

JUSTIFICATIVA:

A transferência de responsabilidade para o DER., do trecho de estrada referido visa possibilitar sua retificação de traçado, revestimento primário do leito e conservação, a fim de que o Município de Mallet possa beneficiar-se da estrada asfaltada de União da Vitória a Curitiba.

Atualmente, aquele trecho apresenta leito apenas carroçável, sendo impossível o trânsito de veículo motorizado de qualquer porte, em dias chuvosos, o que obriga os moradores de Mallet, percorrer vários quilômetros a mais para poderem chegar a Curitiba. Sabendo-se que a região é altamente industrializada — cerca de 70 serrarias —, e produtora de trigo e arroz em razoável escala, podemos perceber o sentido de integração sócio-econômica que a melhoria daquele trecho para trânsito de automóveis e caminhões acarretará para aquelas comunidades. Além do mais, a localidade de Barra do Potinga, final do trecho, situa-se a poucos metros de Paula Pereira, já no Estado de Santa Catarina, o que viria incrementar o escoamento da produção agrícola do Município de Canoinhas, com reais benefícios para toda a região. Devemos ainda considerar que a retificação do traçado e seu revestimento primário fará com que a estrada dê condições de acesso a Dorizon, local de interesse turístico para o Estado, pela justa fama de sua água mineral. Finalmente, registre-se que o trecho total a ser transferido para o DER., não ultrapassa de 50 quilômetros, o que não acarretará gravame insuportável para o plano de obras e aplicação financeira daquele órgão.

Projeto de Lei n. 46-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da coordenação da Secretaria de Obras Públicas, a proceder a instalação de linha telefônica ao longo da BR-116, no trecho de Curitiba a Usina Capivarí-Cachoeira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) **Quielise Crisóstomo**

JUSTIFICATIVA:

Os imensos casos de acidente de automóvel que ocorre na BR-116, e, cujas vítimas ficam à beira da estrada sem possibilidade de atendimento, em virtude da dificuldade de comunicação com centros de socorro médico, principalmente com Curitiba, justificam plenamente a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI NR. 47-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1.931

(a) **João Mansur**

JUSTIFICATIVA: —

O referido Projeto de Lei, visa a criação de um Ginásio Estadual, no Distrito de Jacutinga, pela razão de já haver naquela localidade um Ginásio provisório, funcionando por Portaria da Secretaria de Educação e Cultura, e filiado ao Ginásio "RAUL GOMES" com sede no Município de Ivaiporã.

Dai, a necessidade da oficialização de um Ginásio, naquele Distrito, através plano de lei, para que o povo de Jacutinga, possa contar com um estabelecimento ginasial.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tem sido focalizado desta tribuna o problema da poluição ambiental e isso vem demonstrar não só o interesse, como também a importância de que se reveste o assunto, importância esta que fica bem ressaltada quando nós lembramos que a poluição ambiental está intimamente ligada ao crescimento, ao progresso e desenvolvimento de um município ou de uma região. Sabemos que há, incontestavelmente uma fuga do homem do campo para os centros urbanos, aumentando ainda mais o problema no que tange à poluição ambiental.

Além disso, a poluição ambiental, nos seus três aspectos da água, do ar e do solo está também bastante ligada à industrialização. Todos nós sabemos que é grande o esforço que se desenvolve no Paraná no sentido de que ele atinja a era da industrialização. Portanto por esse motivo, fatalmente, dia a dia não só a nossa Capital como o nosso interior terão agravado o problema da poluição.

E não é preciso ir muito longe basta que aqui mesmo, em Curitiba, vejamos a bacia do Rio Belém, totalmente poluída de maneira que as águas não podem ser utilizadas como fonte de água potável.

Além disso idêntica situação ocorre com o rio Atuba. Sabem todos os

srs. Deputados ca enorme dificuldade quando da captação do rio Iguaçu, para abastecimento de água desta cidade, quando foram necessárias obras de vulto, em que teve que se desviar do rio Atuba; outras tantas obras também de vulto foram necessárias, para jogar um rio pequeno de jusante para montante.

Temos também um exemplo típico na cidade de Guarapuava, onde a instalação de uma indústria de pasta mecânica, traria uma série de dificuldades para o abastecimento de água para aquela cidade.

Sr. Presidente, srs. Deputados, o assunto vem merecendo a atenção não só da Federação das Indústrias do Paraná, que tem feito uma série de publicações procurando conscientizar os industriais nesse problema, e também tem sido a preocupação dos sanitaristas paranaenses. Tanto assim que podemos citar aos srs., que já em 1965, quando foi realizado em Curitiba o 3º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária que aqui reuniu cerca de 600 sanitaristas, tivemos a satisfação em co-autoria com Oziris Guinardes, de apresentar um estudo que concluiu com a apresentação de ante projeto de lei, instituindo o Conselho Superior de Águas do Paraná, afeto ao qual estaria a Comissão de Controle de Poluição das Águas.

Esse anteprojeto foi posteriormente encaminhado à Secretaria dos Negócios do Governo, que ficou de encaminhá-lo a esta Casa. Isso, entretanto, não foi feito. Atualmente nós tivemos a satisfação de manter contacto, no atual Governo, com S. Exa. o sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, engenheiro Cássio Bittencourt de Macedo e com os Diretores da Cia. de Saneamento do Paraná e do Departamento de Água e Esgoto, e nos inteiramos da preocupação dessas autoridades em solucionar, através de medidas que deverão ser criadas, a poluição dos cursos d'água.

Além do interesse dessas autoridades responsáveis pelo saneamento posso citar a existência aqui em Curitiba de um magnífico Centro de Pesquisa, que é operado pelo Departamento de Água e Esgoto, e que irá receber, dentro de poucos dias, através de Convênio firmado com a USAID, um completo equipamento para o controle da poluição do ar.

A Cia. de Saneamento do Paraná vem desenvolvendo não só na Capital, como no interior, uma série de cursos que procura conscientizar em seus alunos este problema e a necessidade de se tomar medidas que venham evitar a poluição ambiental.

Enquanto estas medidas estão sendo preparadas entendemos que é necessário prevenir, confiando ao homem de hoje e não ao de amanhã, a tarefa de evitar a poluição. Assim sendo, tenho a satisfação de passar à Mesa dois requerimentos pedindo algumas soluções, algumas medidas que virão, sem dúvida alguma, trazer real benefício para o controle da poluição dos cursos d'água.

Os requerimentos estão aqui assim redigidos: (lê)

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, se encaminhe ao excelentíssimo senhor Governador do Estado as seguintes sugestões:

a) — Seja considerada, como meta prioritária, a solução do problema da poluição das águas;

b) — Seja focado o problema de controle da poluição, de maneira global, nas bacias hidrográficas; e,

c) — Sejam mantidas gestões no sentido de incluir nos estímulos fiscais, investimentos feitos pelas indústrias para melhoria da qualidade de seus afluentes.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) Borsari Neto"

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Subscritor do presente, nos termos do Regimento Interno requer, com a audiência da Casa, se encaminhe ao excelentíssimo senhor Governador do Estado a sugestão no sentido de que seja recomendado as Entidades Financeiras Governamentais que:

a) — incluam em suas normas de financiamento às indústrias a exigência, em consonância com os órgãos de saneamento, da apresentação de projetos e execução de obras, com custos incorporados aos financiamentos, que garantam o adequado tratamento dos resíduos líquidos industriais e disposição dos seus afluentes, bem como de outras instalações que evitem a poluição ambiental em geral;

b) — destinem recursos para sistemas que objetivem a adequada disposição dos afluentes industriais.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) Borsari Neto”.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Lázaro Dumont

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Queremos inicialmente, com nossa participação na tribuna, no dia de hoje, congratularmo-nos com S. Exa. o sr. secretário do Trabalho Nabor Moraes Neto e também com o sr. Delegado Regional do Trabalho, pelo empenho dessas duas autoridades, principalmente pela cooperação mútua entre a Secretaria do Trabalho e o Ministério do Trabalho, na realização da Semana Sindical, que se iniciou no dia de ontem, 26 de abril e que se prolongará até o dia 1.º de maio quando, então será na data do trabalhador, homenageado todo o trabalhador paranaense, com um vasto programa de festividades, em homenagem aqueles que, com o suor com o seu sacrifício ajudam a construir o nosso Paraná.

E eu, em nome dos trabalhadores das entidades, de classe do Paraná, vou ler neste momento o programa da semana sindical convidando os srs. Deputados que quiserem nos prestigiar. Ontem nós tivemos a abertura do Ginásio Tarumã as 19 horas com início do torneio Inter-Sindical de Futebol de Salão com as seleções do Sesi e do Sesc. Hoje, e até o dia 30, no Ginásio de Esportes do Sesc, diariamente as 19,30 horas nós temos a continuidade do torneio de futebol de salão. No dia 1.º de maio, dia consagrado ao trabalhador, nós teremos às 7,30 horas, ofício religioso às oito horas início do torneio inter-sindical de futebol de campo, que será realizado nos estádios Orestes Thá, na Água Verde e João Kennedy, Vila Guaira.

Este torneio de futebol será com várias equipes, principalmente do interior do Paraná. Haverá participação de Maringá — Londrina — Ponta Grossa — Telemaco Borba — Guarapuava e outras cidades do interior que prestigiarão o dia do trabalhador.

Um almoço também oferecido pelos trabalhadores do Paraná a todas as entidades de classe, às autoridades patronais, do Ministério do Trabalho e o Governador do Estado e autoridades especialmente convidadas. Há também, às 19 horas do dia 1.º de maio, início das festividades que terminarão no dia 1.º. As 19,30 horas, decisão do torneio inter-sindical de futebol. As 20,30 horas apresentação das bandas da Polícia Militar e da Guarda Mirim. As 20,30 horas nós teremos oportunidade de assistir um possível desempate do famoso Atle-Tiba, quando o Coritiba e o Atlético Paranaenses farão uma partida em homenagem aos trabalhadores do Paraná com os portões abertos. As 21,50 entrega dos prêmios aos vencedores dos prêmios de futebol de campo e futebol de salão.

Estas solenidades, tanto no jogo de futebol da abertura e no almoço, estará presente o sr. governador do Estado. S. Exa. o sr. Haroldo Leon

Peres. Nós queremos também, já que estamos falando em entidade de classe, apresentar um requerimento para o voto de congratulações ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba que, nesta semana, completará o Sindicato da classe dos Gráficos de Curitiba 60 anos de existência. Terminamos aqui a nossa participação, convidando através desta tribuna, aos srs. Deputados, que prestigiem a classe trabalhista do Paraná, prestigiando os nossos trabalhadores. Com isso, os srs. darão ânimo aos trabalhadores e farão com que eles se sintam prestigiados e poderão, com o seu sacrifício, com a sua força, construir muito mais ainda o Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados. Quase desnecessária seria a minha passagem nesta tribuna, após o que aqui falou o nobre deputado Alvaro Dias, que nela me antecedeu.

Volto, entretanto porque tenho escutado na tribuna desta Casa, apêlos de paz, e encontro no outro dia na imprensa brados de guerra. Pede-se paz, produz-se atos de violência.

Após uma sessão cheia de apêlos desta natureza, ontem, tomei conhecimento, na imprensa do Estado do manifesto feito pelos srs. Deputados da ARENA de apêio integral ao sr. Governador do Estado. Manifesto que não surpreendeu a ninguém, porque o povo já aprendeu a ver, sobretudo nos Deputados que apoiam o sr. Governador do Estado, nesses manifestos, um dever de ofício. Manifesto que não surpreendeu a ninguém porque é um ato de inabilidade do atual detentor do poder no Estado do Paraná.

Aliás, o Paraná vive, srs. Deputados, vive um "show" de autêntica inabilidade política a mostrar que o processo de escolha dos governadores, através do voto indireto é um processo que leva aos pináculos do poder, aqueles que para isso estão despreparados.

Na verdade, se os srs. Deputados atentarem para os fatos ocorridos durante 30 dias passados no Estado do Paraná, chegarão a esta conclusão que, hoje está universalizada no conhecimento de todos os paranaenses. Todo o povo deste grande Estado se pergunta como pode ser tão inábil o sr. Governador do Estado do Paraná. E quem preveniu ou melhor, quem comunicou, à ilustre bancada da ARENA que as televisões, que os jornais haviam sido invadidos foi a bancada do MDB, porque o sr. Governador do Estado ao que tudo indica, nada havia comunicado aos que têm a responsabilidade de defender seu governo, nesta Casa. S. Exa. não teve nem mesmo a delicadeza de prevenir que iria tomar uma medida daquelas.

Porisso, reafirmo, vive, contempla o Estado do Paraná, um verdadeiro "show" de inabilidade política. E isso me faz temer, seriamente, pelos quatro anos que temos pela frente.

Mas, o motivo que me traz à tribuna, nesta tarde, é a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que foi pedida para apurar as possíveis irregularidades ocorridas no Governo do sr. Paulo Pimentel. Fui indicado, pelo meu Partido para compor essa Comissão. E quero dizer que eu, e o meu Partido, estamos à disposição dos demais membros desta Comissão para que ela seja instalada. E se não fôr hoje, último dia previsto pelo Regimento Interno, sr. Presidente, requeiro que o seja amanhã, nos termos do mesmo Regimento Interno. Digo isto, srs. Deputados, porque ouço conversas nos corredores desta Casa de que o Partido do Governo não mais teria interesse na instalação dessa Comissão. E se isto fôr verdade, se isto ficar provado, não quero que meu Partido tenha qualquer responsabilidade quanto a isso. Porque entende, e já disse desta tribuna, que caberia ao sr. Governador do Estado ter pedido a instituição dessa Comissão e não ao sr. Paulo Pimentel. Porque o sr. Governador do Estado trouxe, ao conhecimento do povo do Paraná, fatos graves e de sérias consequências. Portanto, o pedido da instituição da Comissão deveria ter sido feito por S.

Exa. porque tem que dar consequências práticas aquilo que denuncia, sob pena de pensarem que procura tirar proveito de fatos sérios, como aqueles que denunciou nesta Casa.

Portanto, sr. Presidente, srs. Deputados, quero deixar dito, a esta Casa, que meu Partido quer compor essa Comissão, que nós queremos a sua instalação, ela é o reclamo do povo do Paraná, porque nós ainda vemos nesse manifesto que ontem foi publicado que o Governo anterior teria gasto verbas babilônicas em publicidade, teria dívidas no valor de um orçamento. É isto que o povo do Paraná precisa saber, o povo do Paraná precisa ver isto apurado. E para isso foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos pois, o meu Partido, e este Deputado que representa o Partido, na Comissão, ao inteiro dispor dos srs. Deputados, para compor, para instalar a Comissão e se ela não fôr instalada quero que o povo do Paraná seja testemunha...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra o nobre Deputado que resta apenas um minuto para conclusão de tempo regimental concedido a V. Exa..

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — ... que o povo do Paraná tenha conhecimento de quem é o responsável por tal fato. Esta responsabilidade, no meu entender, atribuo ao sr. Governador do Estado do Paraná, Haroldo Leon Peres.

Portanto, deixo, aqui, o meu apêlo, vamos instalar esta Comissão para algo, e esse algo ela deverá cumprir. E não permitirei que se transmita à Assembléia esta responsabilidade da Comissão de não ter condições de apurar, verdadeiramente, os fatos.

Vamos instalar essa Comissão, e se tal não acontecer não será por culpa de meu Partido, do MDB.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Venho hoje à tribuna nestes poucos minutos reservados ao Pequeno Expediente, para transmitir uma notícia bastante triste.

Não sei se falo como professor, como deputado, como advogado, ou se falo como pai de família, eu prefiro falar nesta última condição. Diariamente, a imprensa do Paraná e do Brasil, registra fatos de arrancar lágrimas, como o desvio de crianças e de jovens, pelo uso dos tóxicos.

E agora, o jornal "Globo", datado de hoje, nos traz uma notícia bastante triste, que em Brasília, a Capital da República, crianças de 12 anos de idade estão sendo viciadas em maconha. Mas eu fico pensando, que castigo deverá merecer estes que traficam com o tóxico e aquele que vende às crianças para que tornem os consumidores de amanhã.

Duas forças estão agindo neste sentido, uma, dos subversivos, que querem aniquilar a juventude brasileira, porque somente o Brasil é que tem condições de impedir a avalanche criminosa na América Latina. E outros são os comerciantes inescrupulosos que para ganhar mais dinheiro, que aprenderam na escola apenas na aritmética, a multiplicação e a soma, e jamais aprenderam a subtração e a divisão, querem somar, querem multiplicar os seus ganhos, os seus lucros, mesmo com a desgraça da juventude, mesmo com a desgraça da família brasileira.

Ambos os criminosos, merecem a nossa repulsa e a nossa campanha. Quero estudar um plano para engajar a Assembleia Legislativa, que representa, efetivamente, o povo paranaense, nessa campanha formidável que se inicia e que precisa ser levada avante, contra os traficantes de tóxicos, punindo-os, severamente, como eles merecem. Mas olhando com miseração,

compaixão, para as crianças e para os jovens que estão sendo viciados e precisam da compreensão de todos nós.

E nós a daremos com todo o entusiasmo, com toda força, com toda sinceridade, na certeza de que assim agindo, assim fazendo, estamos fazendo alguma coisa pelos jovens, pelas crianças, pelo futuro da nossa Pátria, pelo Brasil de amanhã, que nós temos obrigação de transferir-lo intacto com sua honra, com sua integridade, aos nossos filhos e aos nossos netos.

Era Sr. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Pensávamos que não passaríamos mais por esta tribuna falando em crises políticas. No entanto, o panorama que assistimos no Paraná, faz com que voltemos novamente à tribuna talvez numa tentativa desesperada, apelando para que realmente aquilo que se diz seja realizado; para que, aqueles que pregam a paz, não semeem a discórdia e a intriga. Ao que tudo indica, parece que o Governo do Estado do Paraná não quer mesmo atender ao apêlo de S. Exa. o sr. Presidente da República, no sentido da pacificação.

Ainda há dias, em nosso Estado, esteve o Comandante do Terceiro Exército, trazendo mais uma vez o apêlo de S. Exa. o sr. Presidente da República: para que houvesse paz e trabalho no Estado do Paraná, para o seu desenvolvimento. O que vemos hoje, manifestos partindo do interior para a nossa Capital, de Prefeitos e de Diretórios Municipais da Arena, solidarizando-se com o Governador do Estado e muitas vezes, arremessando críticas contra a imprensa e contra o ex-Governador do Estado. Assistimos mais uma vez manifestos partindo do interior. Poderia citar o exemplo do município de Londrina, município que represento com orgulho nesta Casa de Leis; divulgação da Comissão Executiva do Diretório da Arena, intitulada: "Arena aos domingos", com pronunciamento ferino, sarcástico, violento, provocatório e a frase repetida reiteradamente pelo Presidente da República: não é hora de arremessarmos pedras sobre o passado mas é hora de reunirmos estas pedras para edificação do futuro. Esta frase não é levada em consideração.

Prefeitos do interior, talvez temerosos em recusar atendimento a uma solicitação do Governo, porque suas reivindicações talvez fôssem prejudicadas, enviam seus manifestos para a Capital do Estado. E eu pergunto: esta é a fórmula que encontram para a pacificação? E novamente indago: estão desejando mesmo a pacificação em nosso Estado? É tempo de trabalho não é hora de manifestos; de pronunciamentos odiosos e de intrigas.

A posição do MDB, mais uma vez queremos ressaltar, é a posição do povo; que deseja realmente paz e tranquilidade para o trabalho e para o desenvolvimento.

Que seja este o nosso último apêlo para que de palavras passemos à ação, deixando de lado as provocações, deixando de lado manifestações vindas de toda a parte; para passarmos ao trabalho que realmente necessita o povo do Paraná.

Se nós preocupamos, não é com o intuito de uma oposição sistemática, mas sim porque vemos relegado a um segundo plano, a obra administrativa deste Estado, para que se ocupe com crises, com frustrações, com intrigas, deixando de lado realização de obras no campo da educação, no campo da economia.

Este Estado que tem sofrido crises enormes com geadas, com secas constantes e que hoje está a esperar uma safra abundante, não pode ficar sendo truncado seu desenvolvimento por atitudes impensadas, por atitudes de homens que demonstram ainda não terem amadurecido, mas cuja vivên-

cia política faz com que pensemos justamente o contrário. Queremos que este seja o último pronunciamento nosso neste sentido. Não prometemos, no entanto, que será o último, porque aqui voltaremos quantas vezes fôr necessário para protestarmos ou para apelarmos sempre com a preocupação de representarmos o povo que nos colocou nesta Casa Legislativa.

Se falamos, não o fazemos com fins de projeção ou vedetismo. Falamos porque temos uma responsabilidade enorme de representar um povo que produz riquezas enormes para este Estado e para este País, mas que não admite desacertos, que não admite no Poder homens que não correspondam aos seus anseios e às suas necessidades.

Não é hora de se pedir solidariedade. A maior solidariedade foi dada pelo Presidente da República com a indicação do nome para o Governo. É o momento sim, de pedir colaboração para o desenvolvimento e para o progresso. Pedir solidariedade neste sentido, no sentido que só vem tumultuando a opinião pública, é negativo para o progresso e para o desenvolvimento do Estado. Se nos preocupamos com tudo isto, não nos esquecemos do nosso papel de fiscalizadores. Apresentamos, há dias, este pedido de informações. Hoje apresentamos outro e amanhã mais um porque estamos atentos a tudo isto. Mesmo que haja crise, mesmo que hajam desentendimentos, de nossa tribuna estaremos, em nome do povo, para fiscalizar as obras administrativas do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Armando Queiroz, quinto orador inscrito.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Esta Casa tem assistido, e vem assistindo, pronunciamentos dos mais seguidos sobre o problema do aumento dos vencimentos dos srs. funcionários civis do Estado.

Quando aqui tramitava a Mensagem oriunda do Executivo e que previa um aumento de 20% para esses mesmos funcionários, muito se falou, muito se disse, muito se criticou sobre o ato desta Casa, entendendo ser mais conveniente para o próprio funcionalismo que a Mensagem retornasse ao Executivo, para que, então, se fizesse estudo mais acurado, no sentido de se dar melhores condições aos nossos servidores.

Pois bem, falou aqui o Líder da ARENA, que tão logo o problema fôsse resolvido, isto é, fôsse devolvido o projeto ao Executivo, uma nova Mensagem deveria vir. E ela realmente já está na Casa, sr. Presidente, srs. Deputados. Com isso, dá-se 30% de aumento aos servidores em geral. Aquela alíquota de 20%, referente ao abono de emergência, passa a ser incorporado aos vencimentos e daí, então, sobre ele, poderá se incidir novos cálculos sobre as vantagens de todos os funcionários.

E, a partir de 1.º de agosto passa a vigorar o aumento de mais 10%. Cumpre aí ao Chefe do Executivo aquela promessa através do Líder nesta Casa.

E aqui mesmo, srs. Deputados, e junto ao sr. Secretário da Fazenda e também junto ao sr. Governador do Estado, dezenas e talvez centenas de pedidos, todos eles no sentido de convencer o Executivo a alterar os índices de distribuição do ICM, fazendo com que retornasse aos velhos índices dos anos passados. Vários Deputados fizeram essa solicitação aqui no Plenário. Muitos outros fizeram solicitação igual ao Chefe do Executivo e, hoje, os jornais, todos eles, divulgam o novo decreto do Poder Executivo. Assim, aquelas Prefeituras, mais de 200, que se viram tão prejudicadas com o cálculo feito à base dos índices do ano passado, passaram a ter, pelo menos, condições de poderem executar o orçamento deste ano, já que tudo fôra feito, planejado e organizado, com base na receita, inclusive ICM, do ano que findou.

Daí, porque, sr. Presidente, srs. Deputados, nós nos congratulamos com

S. Exa. o sr. Governador do Estado e esperamos que atos como este, se repitam sempre, numa demonstração de que S. Exa. está atento aos problemas mais íntimos e de maior interesse, que dependem do Executivo.

Na oportunidade, fazemos aqui desta Assembléia um apêlo a S. Exa., para que envie a esta Casa, com a máxima urgência possível, o anteprojeto que possa consubstanciar a nova Lei Orgânica dos Municípios, porque, sem dúvida, é um diploma que está faltando, que está fazendo falta aos Prefeitos e Câmaras municipais do interior.

Dando-se a eles esse novo diploma, condicionado a tantas e inúmeras reformas constitucionais, que se sucederam, poderão essas comunas, com um diploma justo, equilibrado e atualizado, melhor ordenar e melhor encaminhar seus problemas no âmbito municipal. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença nesta Casa dos srs. prefeitos municipais de São Pedro do Ivaí, sr. José Bernardes, de Fenix, sr. Amâncio Borges, de Jaguapitã, sr. Paulo Rosseto e de Tamboara sr. João Alexandre.

Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Paulo Poli, orador inscrito.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ainda em data de ontem estivemos nesta tribuna para, através dela, enviarmos ao Governador do Estado, ao povo do Paraná e principalmente aos Prefeitos mensagens de congratulação pela atitude de S. Exa. o sr. Governador Haroldo Leon Peres em assinar o decreto que disciplina, com índices mais justos e humanos, a distribuição das quotas do ICM.

Quando fizermos aqui essa afirmativa, esses agradecimentos, dissemos que em outras ocasiões havíamos feito apêlo desta tribuna, mas tomamos o cuidado de afirmar, também, que essa tinha sido uma luta da maioria desta Casa, quase todos os Deputados, dificilmente poderíamos citar um só Deputado que não tivesse realmente se empenhado para a solução desse problema. Portanto, não era somente nossa esta honra, mas de todos, era esta alegria e a satisfação de vermos os Municípios recebendo os benefícios do novo Decreto publicado hoje em todos os jornais do Estado.

Também me recordo que, inclusive Deputados da bancada da oposição, quando fazíamos pronunciamentos neste sentido, nos davam seu apoio.

Sr. Presidente, srs. Deputados, reportamo-nos ainda ao passado. Recordamo-nos que, nos debates acirrados que se feriram nesta Casa no que tange dos debates, recebemos também da liderança da bancada emedebista um voto de confiança.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Faço a V. Exa. uma pergunta: Com referência ao problema do ICM V. Exa. ainda vai se reportar a este assunto ou já concluiu a apreciação sobre o assunto. Quero dizer a V. Exa., no sentido de colaborar, que estou de acôrdo, que há necessidade de alteração. Pergunto a V. Exa. se vai se referir ainda ao ICM.

O SR. PAULO POLI — Apenas estava repassando sobre um assunto que já havíamos abordado várias vezes. Como o assunto é de suma importância estou à disposição de V. Exa. para continuar ainda neste assunto para depois abordar outra tese.

O sr. Nivaldo Krüger — Agradeço a V. Exa. a liberdade com que recebeu este meu aparte.

Aproveitando a oportunidade em que o assunto é novamente abordado nesta Casa, quero lembrar que a solução não está no retôrno aos índices de 69 para orientar a receita dos Municípios no ano de 71. O que está sendo feito é evidentemente uma medida de emergência, porque pelos novos índices de 70 para 71, 216 Municípios estariam perdendo 25% da receita em 1971.

lação ao ano anterior, sem considerar a defasagem de um ano relativamente à receita em que os índices são calculados.

Quero aproveitar a oportunidade para com V. Exa. e os demais Deputados, se assim entenderem, dirigirmos um grande apêlo ao sr. Governador no sentido de que determine um grupo de trabalho para um estudo imediato de um novo sistema para encontrar novos índices de distribuição do ICM, porque os Municípios estão sofrendo realmente um empobrecimento violento e o Estado ganha injustamente e está até, de certa forma, violando o preceito constitucional.

O SR. PAULO POLI — É sempre um prazer para mim o diálogo com V. Exa. que é, realmente, um grande líder e sempre traz luz aos nossos pronunciamentos.

Mas se V. Exa. consultar a sua memória, há de convir, e estão aí os Anais da Casa, que quando fizemos êsse apêlo a S. Exa. o sr. Governador do Estado, foi para que tomasse esta medida de emergência, como bem disse V. Exa., baseado num Decreto Presidencial. Nós dizíamos, nobre Deputado, coerentes com o raciocínio de V. Exa. que esta não é de fato a solução do problema. É uma saída de emergência, dada a situação cruciante que ocorre no interior do Estado. Citamos ainda que, se perdurasse esta situação, poderia advir daí nesta crise financeira que a esta, poderia advir, estas foram minhas palavras, nova crise política, pressionada por crises financeiras. Então naquela ocasião, nós comungávamos no mesmo raciocínio, não sentido, de sugerir não ao sr. Governador do Estado mas à autoridade maior, para que estudos mais profundos e mais racionais e mais justos e mais humanos sejam feitos e também com urgência, porque esta medida de emergência, de fato não resolve êste problema em definitivo.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nós sabemos que esta medida foi de fato uma medida de emergência e que aqui no Paraná não está satisfazendo até para outros municípios, porque quanto o cálculo feito do ano de 70 já não é o verdadeiro de 70, porque já vem de 68. Então, o prejuízo é muito grande, mas era uma saída, verificando principalmente na minha região em que alguns municípios são beneficiados com êste retorno do índice de 70 e outros prejudicados, mas a média geral, o prejuízo é maior se deixarmos como está, o que é preciso é que, principalmente nós que ocupamos uma Prefeitura há pouco tempo, como o nobre deputado Nivaldo Krüger e outros Deputados que aqui se encontram nesta Casa. Estou também fazendo um estudo, eu e o deputado Borsari Neto, para garantir a procedência da mercadoria, para garantir aos municípios melhores condições de vivência, para que eles recebam aquilo que lhes pertence. E neste estudo em conjunto da procedência da mercadoria, vamos satisfazer êstes municípios que estão sendo prejudicados. Muito obrigado pelo aparte, deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado Gilberto Carvalho, eu me curvo a argumentação de V. Exa. e aproveito a oportunidade para fazer a V. Exa. uma homenagem justa, aliás. Eu bem me recordo, nobre deputado Gilberto Carvalho, V. Exa. que foi Prefeito e um grande Prefeito de uma cidade, de um município pobre e pequeno e operou ali, nobre Deputado, orde V. Exa. fez uma belíssima administração. E assim é, nobre Deputado, que a administração de V. Exa. transbordou em toda região, fazendo com que V. Exa. passasse a ser um representante daquele município e dos municípios vizinhos. Portanto, quero, neste momento, solidarizar-me também V. Exa. pelo seu brilhante aparte, que serviu de subsídio ao discurso que estou pronunciando desta tribuna. Tenho a honra de conceder o aparte ao deputado Ivo Tomazzoni.

O sr. Ivo Tomazzoni — Desculpe se interrompi o discurso brilhante de V. Exa., que aborda um assunto de vital importância para os municípios produtores. O Decreto 326, assinado ontem pelo sr. Governador do Estado, atendendo o que dispõe o Decreto-Lei 380, de 3 de março de 69, que visa a

criação dos municípios produtores, uma reforma mais humana do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Todavia, gostaria de fazer um reparo nos seguintes termos: A fixação dos índices relativos ao ano de 69, pagos em 70, e que agora estão sendo restabelecidos por um novo decreto, estão dando prejuízos às Prefeituras. Nos termos postos pelo nobre Deputado, Líder do MDB, o que estamos respeitando é um índice percentual, e hoje, a arrecadação do Estado verificada, se houve aumento de arrecadação em 71, ela está sendo paga dentro de um índice que, automaticamente, devolve mais aos municípios.

Quero crer, nobre Deputado, que esta era a única forma que o Governo do Estado tinha, para corrigir esta anomalia. E nós votamos uma lei, que em julho deverá, por decreto presidencial, fixar as normas relativas à distribuição do ICM. Queira Deus, que o sr. Delfim Neto encontre uma maneira mais justa e mais plausível para os pequenos municípios na distribuição do ICM. Não cabe ao Governo do Estado mudar as normas deste decreto. Nós estivemos com um Diretor daquele Ministério, que nos disse estarem os estudos já em adiantada fase, e deverão ser postos em prática a partir de 1.º de julho do corrente ano. Cabe portanto ao sr. Governador, que atendeu o apelo dos Prefeitos paranaenses, restabelecer o índice relativo a 70. Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — Nobre deputado Ivo Tomazoni, agradeço imensamente a oportuna intervenção de V. Exa.. E eu repetiria aqui, porque são fatos que aconteceram. Que, V. Exa. na primeira legislatura nesta Casa, 62-66, governava com raro brilhantismo o município de Pato Branco. Além de líder político V. Exa. entre os prefeitos, entre os líderes regionais, era um grande líder e que esta liderança se deve, deputado Ivo Tomazoni, à maneira elevada, patriótica, como V. Exa., sempre abordou os assuntos do interesse do município que V. Exa. dirigia.

Ofereço, com satisfação, o aparte que está sendo solicitado pelo deputado Cândido Martins de Oliveira.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Agradeço, deputado Paulo Poli a deferência de V. Exa.. Quero congratular-me com as suas palavras, porque tenho acompanhado a sua luta bem como a luta da quase totalidade da Assembleia Legislativa, no sentido de que a distribuição do ICM aos Municípios, se faça com mais justiça e com mais propriedade. Porque todos nós, representantes do povo, não podemos e não devemos aceitar passivamente que os municípios produtores, aqueles que representam efetivamente a grande alavancar do progresso deste Estado, e desta Nação, sejam prejudicados em função de leis elaboradas por técnicos que, muitas vezes não conhecem, apesar da boa vontade, a realidade da economia do Brasil e do Paraná.

Tive oportunidade de apresentar nesta Casa e de receber a aprovação total dos nobres Deputados, um Requerimento dirigido ao sr. Governador do Estado e ao sr. Secretário da Fazenda, solicitando a adoção de medidas que fizessem com que os índices de 1969 fossem adotados para cálculo do ICM, neste primeiro trimestre de 1971, conforme Decreto presidencial do dia 3 de março. Vejo com alegria que esta medida foi posta em prática. Mas, sendo uma certa apreensão ao perceber que o primeiro semestre do ano de 1971 já está se escoando. E em juho deste ano, nós voltaremos aos índices de 1970, para aplicação da distribuição desta quota em 1971. A não ser que o Governo do Estado proponha ao Governo Federal, uma substancial mudança na sistemática da distribuição destes índices do Imposto de Circulação de Mercadorias.

E se faço este alerta a V. Exa. que hoje ocupa a tribuna, e através de V. Exa. que é Vice-Líder do Governo, ao Governo do Estado, é porque represento nesta Casa uma parcela muito grande de municípios do Paraná, municípios do Sudoeste, todos eles produtores e quase todos eles sumamente prejudicados na aplicação dos índices de 1970, para a distribuição de ICM.

Estes municípios sofreram, violentamente, como vêm sofrendo, a ponto de não poderem inclusive pagar os vencimentos do seu funcionalismo, do magistério e de pagar serviços estruturais e de real valor para o progresso desta comuna, caso não haja uma providência imediata enérgica e radical do Governo Federal no sentido de mudar a sistemática do ICM.

Agradeço o aparte.

O SR. PAULO POLI — Deputado Cândido Martins de Oliveira, V. Exa. naturalmente haverá de concordar com nós outros que estávamos a meio pronunciamento quando concedemos a V. Exa. este aparte honroso para nós. É claro, nobre Deputado, que esta luta é de toda esta Casa, porque nós representamos todos o interior do Paraná. A luta é nossa, evidentemente. E é lógico, nobre Deputado que se S. Exa. o Governador do Estado, sr. Haroldo Leon Peres, premido por lei superior, fixou neste período, a aplicação de índices, conforme está normalizando por este decreto, é evidente, é lógico e natural que não poderia ali adiante fazer uma outra lei, porque este decreto tinha efeito retroativo. Teremos que continuar progredindo, não podemos fazer com que, a partir de julho, se crie novamente este estado de coisas. O Governo Federal, através do órgão competente, está fazendo mento que o Governo Federal através do órgão competente, está fazendo uma modificação.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inclusive porque o Governo estadual não poderia ter feito de outra forma. Porque o Decreto-Lei do Governo Federal determina que seja até julho e o meu alerta é no sentido de que o Governo do Estado — provoque o Governo Federal no sentido de conseguir ou uma ampliação deste prazo ou uma reformulação definitiva. Não vai nenhuma crítica, ao contrário, congratulo-me com o Governo do Estado ela medida adotada. Apenas para consequências futuras se não houver desde já um planejamento no sentido de preservar a economia de julho para a frente.

O SR. PAULO POLI — Não entendemos como crítica o apêlo de V. Exa., mas como colaboração. Dissemos o que V. Exa. está dizendo. Quanto a este alerta posso afirmar, não em meu nome próprio, mas como Vice-Líder, que é uma constante nos trabalhos administrativos esta preocupação e já existem no Governo expedientes a serem enviados, para não se tornar a repetir este episódio lamentável, que ocorre em todo o País. Ninguém impede que continuemos através de pronunciamentos. Requerimentos foram expedidos aos órgãos competentes, alertando estas autoridades, principalmente do escalão federal.

Estou aqui à disposição da Casa e de qualquer Deputado, de qualquer bancada no sentido de alertar o Governo na urgência do estudo deste trabalho porque o tempo que temos é pouco e não gostaríamos de ver o Estado mergulhado numa nova crise que seria, talvez, insustentável. Quero agradecer a V. Exa. que não criticou e a intervenção foi de colaboração ao nosso pronunciamento.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite outro aparte? (Assentimento). Aproveitando a boa vontade de V. Exa. e sua disposição de continuar usando de sua tribuna para tratar deste assunto com mais profundidade, sugeria a V. Exa. que está proferindo tão brilhante discurso, que a Casa, através de requerimento seu ou da totalidade da Casa, enviasse um telegrama ou manifesto ao Presidente da República de congratulação pelo Decreto-Lei que possibilita o retorno aos índices de 70, solicitando ao seu Ministro da Fazenda e ao de Planejamento, apressarem o estudo para antes de julho vermos implantada no País nova sistemática de distribuição do ICM.

O SR. PAULO POLI — Não vejo por que não aceitar a sugestão de V. Exa. porque, ao final, eu só vejo nesse intuito, desta Casa, colaborar com o Governo do Estado.

Tão logo me retire da tribuna, irei elaborar um requerimento solicitando à Mesa que formule o requerimento que V. Exa. acaba de sugerir.

No entanto, esse requerimento, antes de entregá-lo à Mesa, deixarei à disposição dos srs. Deputados que queiram me honrar com seu apoio.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado, talvez V. Exa. não esperasse que o assunto que V. Exa. trouxe à tribuna ensejasse tantos apartes. Suspeito até que já esteja aborrecendo V. Exa. tantas intervenções.

Hoje, ao ouvir tantos debates oferecidos a V. Exa., volto aos acontecimentos de quatro anos atrás, quando nós, insistentemente, da Associação dos Municípios, juntamente com o dr. Edgar Távora, assistente da Prefeitura Municipal de Curitiba, e assessor da Associação dos Municípios, discutíamos com o sr. Ministro da Fazenda, Delfim Neto, que o Sistema de Fundos não iria dar certo. S. Exa. não ouviu a Associação dos Municípios do Paraná, e também não ouviu as associações brasileiras: E hoje, passados quatro anos, impôsto o sistema como entendia S. Exa., o sr. Ministro da Fazenda, aconteceu aquilo que havíamos previsto, lamentavelmente.

Estão aí os municípios em crise, porque o Sistema de Fundos não funciona e não irá funcionar, embora haja aqueles que entendem que o Sistema de Fundos iria conseguir a solução dos problemas dos municíps. Mas, incidindo sobre não se sabe quem, foge ao alcance do contróle dos prefeitos interessados diretos no problema.

Daí porque nos preocupa esta não participação do Governo do Estado e dos municípios na elaboração de um estudo, de estudo que, ao nosso ver, deveria vir de baixo para cima. O Ministério da Fazenda já errou uma vez, poderia errar outra vez. Então seria importantíssimo que se formasse um grupo de trabalho para estudo do problema, através dos municípios, do Governo do Estado, ou da própria Assembléia, através dos Deputados que conhecem e estudam a questão. Se voltar o Sistema de Fundos incidindo sobre o tributado, nós devemos partir para outra solução, que seria talvez de índices não só da receita, mas também dados sociais, elementos que compõem a renda não só estadual, mas também federal.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade que me deu de abrirmos debate sobre assunto de tão grande importância.

O SR. PAULO POLI — Nobre deputado Nivaldo Krüger, no início do aparte de V. Exa. percebi que V. Exa. estaria preocupado mesmo com sua intervenção, aliás brilhante, indagando-nos se tal intervenção não iria nos perturbar.

Gostaria de dizer a V. Exa. que no pouco tempo que temos disponível, tenho lido os Anais desta Casa, e me sinto satisfeito quando vejo que a minha passagem por esta tribuna provoca tantos apartes.

E quero dizer, sem medo de errar, que se alguma coisa eu venho aqui dizer, se há algum brilhantismo em nossos pronunciamentos, isso só vejo através dos apartes que recebo por parte dos meus nobres e brilhantes companheiros. Portanto, nobre deputado Nivaldo Krüger, quero que V. Exa. saiba, que somos homens de diálogo, e principalmente quando abordamos um assunto tão sério, e que V. Exa., como grande Prefeito que foi, conhece tão profundamente.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, gostaríamos agora de mudar um pouco a direção de nosso pronunciamento, já que esse assunto foi debatido amplamente. Neste instante, pretendemos reportarmo-nos a debate que ocorreu no passado, no que tange ao aumento do funcionalismo. Quando aquele debate estava no auge, houve por bem a liderança das duas bancadas desta Casa, dar um voto de confiança a S. Exa. o sr. Governador do Estado, sr. Haroldo Leon Peres, no sentido de que um projeto que tramitava nesta Casa, naquela ocasião, atendendo a requerimento de minha autoria, fôsse de-

volvido ao Executivo, para que nova Mensagem a esta Casa retornasse, propondo um aumento mais atualizado.

Nós nos sentimos, como dizíamos, com aquela grande responsabilidade que nos deu a bancada da oposição, em um voto de confiança, quando admitia a nossa proposta quando ao retorno daquela Mensagem ao Palácio do Governo. Hoje, como já foi dito, tivemos conhecimento de que já se encontra nesta Casa, tramitando pelo protocolo uma Mensagem oriunda do Governo do Estado, propondo um aumento de 30%, isto é, o abono provisório, concedido através da lei 6.169, de 10 de novembro de 1970, será incorporado e, então, haverá um aumento aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas e servidores militares do Estado. E ainda prevê o aumento de vencimentos dos srs. Desembargadores da Justiça do Estado, estendendo, face ao dispositivo da lei estatutária a toda a magistratura.

Portanto, prevê também aquela Mensagem que haverá uma majoração de 50 cruzeiros nas pensões. Não vi a Mensagem, apenas tive conhecimento dela.

Neste instante, quero mais uma vez me congratular com o governador Haroldo Leon Peres, que não obstante essa série de dificuldades financeiras que encontrou ao assumir o Governo, encontra ainda uma fórmula para atender a essa fabulosa classe dos servidores públicos.

Realmente, os servidores públicos de nosso Estado, através dessa lei, sentirão um alívio tão oportuno, tão necessário, porque é desfavorável para nós que compomos afinal a equipe do governo, tomarmos conhecimento de que nossos funcionários públicos, de todo o Estado, de todos os poderes, de todos os setores do Governo, estão passando uma série de privações.

A minha presença, hoje, na tribuna, ao tomarmos conhecimento dessa Mensagem, nada mais é do que trazer aqui nosso voto de aplausos ao Governador, que cumpriu aquilo que, através do eminente e nobre líder deputado João Mansur, foi feito há poucos dias desta tribuna.

Bem se recorda esta Casa que usando por alguns minutos a tribuna, o Deputado líder da bancada arenista havia assumido aquele compromisso em nome do Governo, que nova Mensagem viria a esta Casa.

Como vêem os srs. Deputados nem tudo é pessimismo. O Governo que se instalou há poucos dias no Palácio Iguaçu, está procurando colocar em dia o pagamento do funcionalismo e ao mesmo tempo, dentro das possibilidades, está procurando dar este aumento tão justo.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero congratular-me com V. Exa. neste instante em que fala sobre assunto de tamanha importância para nosso Estado.

Quero, ao mesmo tempo, me congratular com os Prefeitos Municipais do Paraná por essa medida que acaba de ser decretada, levando um pouco de paz e tranquilidade aos Chefes dos Executivos Municipais de nosso Estado.

Congratulo-me igualmente com o funcionalismo público do Paraná no que diz respeito à Mensagem que acaba de chegar a esta Casa. O Governo do Estado, como bem disse V. Exa. nestes poucos dias à frente do Executivo do Paraná, vem cumprindo com aquilo que havia prometido ao povo paranaense. É digna de nota e é louvável a atitude do governador Haroldo Leon Peres que, deixando de lado as tricas e futricas que procuraram envolver o quadro político paranaense, vem na calada do silêncio trabalhando em favor do povo do Paraná.

Esta a razão porque quero congratular-me com V. Exa., pois traz ao conhecimento da Casa estas duas Mensagens e mais esse Decreto de suma importância para a vida paranaense. Fique certo deputado Paulo Poli que assim continuará o Governo Haroldo Leon Peres em silêncio, trabalhando em favor da nossa gente e de nosso Estado, pois foi este o compromisso que assumiu com o povo paranaense e S. Exa., em razão disto, haverá de cor-

responder a confiança que recebeu do Presidente da República ao ser indicado para Governador do Estado. Cumprimento V. Exa. e agradeço o aparte.

O SR. PAULO POLI — Nobre deputado João Mansur, líder da bancada da Arena nesta Casa, não vejo porque V. Exa. nos cumprimentar, eis que o líder da bancada a que pertencemos é V. Exa.. E o Deputado que mais se destacou aqui durante os debates no que tange o aumento do funcionalismo público foi exatamente o nobre deputado João Mansur. Foi V. Exa. que se empenhou e que esteve sempre na pista dos debates com a bancada do MDB. Foi V. Exa. que teve inúmeros contactos com o sr. Governador fazendo com que chegasse em tempo "record" a esta Casa esta Mensagem de suma importância.

Portanto se alguém está de parabéns, deputado João Mansur, este alguém é eralmente V. Exa..

O que causa espécie, nobre deputado João Mansur, neste momento, e que até hoje não havia visto nesta Casa, e chamo a atenção dos srs. Deputados, um pronunciamento com tanta tranqüilidade, não podíamos falar até há poucos dias passados porque éramos perturbados pela bancada da oposição. Noê instante em que o Governo manda aqui uma Mensagem que foi tão reclamada, tão debatida, a bancada da oposição, tão amiga do funcionalismo público que é, está silenciosa, como se estivesse aqui em entêrro de um cidadão ilustre. Não entendo bem, porque havia um alarde tão grande, um barulho tão grande para que se chegasse a uma conclusão e no instante em que nós estamos aqui, a meia-hora anunciando o aumento do funcionalismo, eu não vejo porque, a não participação desta bancada que tanto lutou por êste aumento. Nós devemos também, à bancada da oposição, louvores para que chegássemos a êste ponto.

O sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. disse que não havia ouvido a voz dos Deputados da oposição, por isso solicitei o aparte em primeiro lugar e em segundo para solicitar a V. Exa. que nos esclarecesse exatamente em que têrmos foi a Mensagem encaminhada a esta Casa por S. Exa. o sr. Governador. Tivemos apenas conhecimento, por notícias divulgadas pela imprensa, pelo rádio e pela televisão em nosso Estado, de que êste aumento, a Mensagem de S. Exa. já teria chegado a esta Casa, porém, desconhecemos totalmente os seus têrmos e a notícia que tivemos é que S. Exa. solicitava autorização para conceder um aumento na ordem de 20% de imediato e, posteriormente, a partir de agosto mais 10%. Portanto, gostaríamos que V. Exa. nos esclarecesse a respeito desta Mensagem, se é verdadeira.

O SR. PAULO POLI — Lamento, nobre Deputado, que V. Exa. não tivesse acompanhado desde o início nosso pronunciamento, quem sabe V. Exa. não estivesse aqui no Plenário para acompanhar, mas eu disse que vi esta Mensagem tramitando pelo protocolo. Não tive oportunidade de ler a Mensagem, mas sim a súmula da Mensagem e me apressei, nobre Deputado, em trazer a notícia desta tribuna. Confesso a V. Exa. que não conheço o inteiro teor desta Mensagem.

O sr. Maurício Fruct — V. Exa. me permite rôvo aparte? (Assentimento) Eminente deputado Paulo Poli. Infelizmente não temos, não tivemos ainda o ensejo de tomar conhecimento dos exatos têrmos da Mensagem que veio a esta Casa. É evidente que não temos condições, mas a verdade é que a Mensagem concede 20% agora e mais 10% em agosto. A atitude da Assembleia Legislativa do Estado, se fôr verdadeira esta notícia, em fazer com que retornasse a Mensagem anterior a S. Exa. o sr. Governador é totalmente inócua, conforme disse a bancada do M.D.B., na oportunidade. A Assembleia poderia atender a Mensagem anterior do ex-Governador, e após apurados estudos da Assessoria Governamental concederia um outro aumento que viesse de encontro aos interesses do funcionalismo estadual. Repito, não

temos condições de discutir o assunto, porque não temos conhecimento do inteiro teor da Mensagem que ontem chegou a esta Casa.

O SR. PAULO POLI — Li, no Protocolo, ligeiramente a Mensagem. O aumento é de 30%. Tem o aparte o nobre deputado Sebastião Rodrigues

O sr. Sebastião Rodrigues — Solicitei o aparte apenas para pedir a V. Exa., que tem sido sempre tão generoso nessa tribuna, seja uma vez mais generoso com a bancada da oposição, no aparte que deu o nobre deputado Maurício Fruct. O assunto não é de conhecimento oficial da Assembléia. O assunto que nos interessa não foi discutido ainda pela bancada do M. D. B., nós não teríamos condições de levar ao conhecimento da Casa oficialmente, um ponto de vista do Partido sobre a matéria que não conhecemos e que V. Exa. teve a felicidade de tomar conhecimento por ligeira passagem no Protocolo, mas posso esclarecer a V. Exa. que, uma vez oficializada a Mensagem de S. Exa., o M.D.B. estará, como na Mensagem anterior, propugnando pelo aumento do funcionalismo, ao qual V. Exa. sabe, deve muito esta medida também à bancada da oposição. Peço a V. Exa. que considere como justificativa este aparte do M.D.B..

O SR. PAULO POLI — Agradeço também o aparte de V. Exa. e confesso-me surpreso, nobre Deputado, porque eu não sabia o fato que a bancada brilhante de V. Exa., para um assunto de tamanha envergadura, necessite de uma reunião prévia, para em seguida entrar em debate, no que tange aumento do funcionalismo público.

Tenho a impressão, nobre Deputado, que todos os membros da bancada de V. Exa. mesmo sem esta reunião prévia da bancada, interessados como estão em tratar sobre o assunto, poderão debater oficiosamente o assunto em pauta.

Estranhei da minha tribuna, o silêncio da bancada, não foi em tom de crítica mas para demonstrar e deixar registrado aqui publicamente, o prazer, a satisfação e a alegria que sempre tive, de dialogar com esta brilhante bancada, composta de seis belos e ilustres membros.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas, nobre Deputado, quero referir-me ao pronunciamento oficial do Partido. Porque nós, do MDB, adotamos um pronunciamento democrático de nos unirmos, para debater certos assuntos de interesse da coletividade. Não temos ninguém numa posição superior à nossa para nos dar ordens, ou para nos orientar no procedimento desta Casa. Adotamos pois, nos unirmos, para deliberar sobre matéria que reputamos da maior relevância, pois, na realidade, é um princípio democrático, e nós o adotamos para as decisões partidárias da nossa bancada nesta Casa.

Era, sr. Deputado, o esclarecimento que eu queria fazer a V. Exa. e agradeço a V. Exa. pela oportunidade que me propiciou.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado. Até neste instante fui bastante reverente com a bancada de V. Exa. e também com V. Exa..

Gostaria, nobre Deputado, já que aprecio tanto V. Exa., que nesta linha, neste nível continuassem os debates. Na afirmação que fez V. Exa., o nobre Deputado pelo que me parece, pretendeu dizer que temos chefes e patrões o qual emitem as ordens sobre a nossa conduta.

Quero, publicamente, repudiar aqui esta afirmação, nobre Deputado, porque absolutamente, V. Exa. não deveria proceder desta maneira. Porque a bancada da ARENA, tanto quanto a bancada do MDB, é disciplinada. Nós nos unimos, dialogamos, e se estou neste instante na tribuna, é porque com o líder da minha bancada e sobretudo, alguns Deputados, chegamos às conclusões por iniciativa nossa, desta Casa, dos membros desta bancada, sem interesse ou ordens de terceiros. Este é o reparo que eu queria fazer a V. Exa., tenho certeza, nobre Deputado, que neste deslize, não era intenção de V. Exa., gentil como é, de uma responsabilidade com é, chegar a ferir

nós outros ou nossa bancada. Se estou fazendo este reparo, é quem sabe, porque não entendi direito a advertência que fazia V. Exa..

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado, nós que procuramos reiteradamente, comparecer à tribuna e solicitar o aumento do funcionalismo público do nosso Estado, não poderíamos ficar indiferentes a uma Mensagem enviada a esta Casa de Leis. No entanto, queremos agora justificar o nosso silêncio. Outros companheiros já o fizeram, mas nesse aparte queremos reforçar a opinião dos companheiros. Nossa bancada jamais se precipita em seus pronunciamentos, em suas decisões. É praxe, é fórmula nossa, nos pronunciarmos a respeito de assuntos de grande importância, após pleno conhecimento do mesmo. Se não conhecemos ainda a matéria enviada pelo Chefe do Executivo Estadual a esta Casa, é lógico que não podemos nos pronunciar precipitadamente. Se o fizéssemos criticando, seríamos injustos, se o fizéssemos aplaudindo, poderíamos estar cometendo um grave erro em detrimento do funcionalismo público do Estado. Mas quer me parecer, nobre deputado Paulo Poli, que V. Exa. terá oportunidade de ouvir a opinião, a manifestação da bancada do MDB no momento oportuno, a respeito desta proposta de aumento do funcionalismo público. Assim que ela vier a Plenário, para debate, nós usaremos da tribuna para emitir o nosso parecer e o nosso pronunciamento, apresentando ressalvas, se fôr o caso e cumprimentando o sr. Governador se fôr o caso também, se sua Mensagem vier trazer os benefícios que o funcionalismo público está esperando, e fazemos votos que esta Mensagem apareça o quanto antes e a possamos apreciar.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado, considerando o que disse o deputado Ivo Tomazoni, sempre brilhante como é, que nós aqui estamos abordando este assunto, precipitadamente e, segundo a versão de V. Exa., precipitadamente, nós estamos aqui, no instante em que entra no Protocolo desta Casa, uma Mensagem tão importante, estamos aqui dizendo ao povo do Paraná, que nós estamos sumamente interessados nesta matéria.

Tenho a impressão, nobre Deputado que a afirmação que nós tínhamos hoje desta Casa poderia ser perfeitamente abordado por V. Exa. zeloso como é, porque um deputado do MDB mesmo não tendo conhecimento total da matéria, porque de certa forma, nobre Deputado, o pronunciamento que fazemos neste instante nesta Casa de tão importante Mensagem é uma demonstração clara, cristalina de que nós temos urgência na tramitação desta Mensagem. Que não pretendemos manobras, ou artimanhas. Estamos anunciando a chegada desta Mensagem, deixando publicamente registrado aqui o nosso interesse na mais rápida tramitação desta matéria.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Corroborando o que V. Exa. diz neste momento, poderia dizer que hoje pela manhã, num programa radiofônico que tenho, disse as mesmas palavras que V. Exa. proferiu de sua tribuna. Disse mesmo que a bancada da Arena tinha o maior interesse em que esta tramitação fôsse rapidíssima e que inclusive havia até um apêlo de S. Exa. o sr. Governador que quer ver a Mensagem tramitar com esta urgência.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte do deputado Arthur de Souza. Naturalmente, quanto V. Exa., brilhante Deputado, e não menos brilhante radialista que é, abordou este assunto de sua emissora, não tinha conhecimento do conteúdo da Mensagem. No entanto, V. Exa. se apressou em denunciar e abordar à opinião pública, tão alviçareira notícia.

Antes de oferecer um aparte ao brilhante Deputado, representante de Paranaguá, queria dizer aqui que pelo fato de estarmos discutindo desta tribuna este assunto, o nosso interesse pela matéria, nosso desejo é de que a tramitação desta Mensagem seja com a maior urgência e queremos evitar que amanhã alguns dos srs. Deputados, quero dizer, que a bancada da Arena ou alguns elementos da bancada da Arena estadual estariam ouvindo ordens do

chefe ou do patrão, como quiserem insinuar, no sentido de retardar a tramitação desta Mensagem. Se anunciamos quando estava ainda no Protocolo, era para prevenir ataques injustos por parte de elementos menos avisados.

Tem o aparte o sr. deputado Nelson Buffara.

O sr. Nelson Buffara — Obrigado pelo aparte, mas apenas é para dar a minha opinião com respeito a este episódio que fez com que V. Exa. ocupasse a tribuna. Entendo que foi uma estratégia da ARENA a retirada da Mensagem, para não engrandecer o Governo anterior, responsável pelo envio da mesma e para que fôsse mérito do atual Governo, o aumento. Estrategicamente ainda, a ARENA houve por bem retirar a Mensagem, através de requerimento a fim de que o mérito dos 30% a partir de agosto que o funcionalismo vai receber fôsse do atual Governo. Mas acreditamos que se não fôsse a Mensagem do Governo anterior, nada teria acontecido ou talvez acontecesse em futuro muito remoto. A bancada do MDB entende que foi ela a principal responsável pelo retorno da mesma. O deputado Alvaro Dias foi o autor do requerimento que fez com que a matéria voltasse à tona, matéria que estava esquecida, estava no ostracismo, por conveniência do atual Governo.

O SR. PAULO POLI — Deputado Nelson Buffara, V. Exa. está misturando alhos com bugalhos. O nobre companheiro de V. Exa. requereu o retorno da Mensagem ao Plenário e nós requeremos o retorno da Mensagem ao Iguapé.

O sr. Nelson Buffara — Em consequência do requerimento do deputado Alvaro Dias, ele deu ocasião a V. Exa. para agir desta forma.

O SR. PAULO POLI — Agora V. Exa. afirma, na confusão que fez neste pequeno aparte, que a ARENA, usando de estratégia, fez com que a Mensagem voltasse ao Iguapé. Mas gostaria de lembrar a V. Exa., inteligente como é, cioso como é de seus deveres, atuante como é, que esta Mensagem retornou ao Iguapé por vontade da unanimidade desta Casa. Porque a própria e brilhante bancada de V. Exa., segundo disse aqui da tribuna o deputado João Mansur, deu ao nosso líder o apoio para a tramitação da Mensagem. Se houve manobra, ou estratégia, ou malandragem, V. Exa. não afirma...

O sr. Nelson Buffara — Malandragem não. V. Exa. não pode distorcer. Deve ser coerente.

O SR. PAULO POLI — Se houve alguma coisa foi feita pela unanimidade da Casa e não pode V. Exa., deputado Nelson Buffara, debitar à bancada da ARENA, que tanto admira V. Exa. e respeita, como nós muito respeitamos a de V. Exa..

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O que aconteceu não foi estratégia da ARENA, mas uma grande responsabilidade que a ARENA assumiu no momento em que ela propôs que a mesma voltasse a Palácio e se comprometendo a que a Mensagem viria de forma atualizada, porque a bancada da ARENA foi a primeira a reconhecer que os 20% nada representavam depois de nova inflação e de tempo passado, representaria muito pouco, uma parcela ínfima em relação às reivindicações e ao que necessitava o funcionalismo público.

O SR. PAULO POLI — Como vê V. Exa., deputado Arthur de Souza, eu me lembro muito bem que quando o eminente Líder da bancada da ARENA, nesta tribuna, neste exato lugar, afirmava daqui, em tom categórico, afirmava o deputado João Mansur, homem que todos conhecem, e se isso só não bastasse, ele como Líder da ARENA e do Governo, afirmava que a Mensagem retornaria à Casa. Não obstante o seu caráter que jamais mereceu reparos de quem quer que seja, nós sentíamos no ar uma ironia inteligente, uma dúvida, quanto ao retorno de nova Mensagem de aumento de vencimentos do funcionalismo público.

E quando isso acontecia, aqui havia o silêncio da bancada do MDB,

porque duvidavam da palavra do Governo e duvidavam do Líder da bancada da ARENA e também duvidavam do próprio cidadão João Mansur:

E, no entanto, João Mansur cumpriu sua palavra, o governador Haroldo Leon Peres também cumpriu sua palavra. E isso era motivo, portanto, de manifestação por parte da bancada da oposição, por vermos investidos nos órgãos públicos homens que cumprem com suas palavras.

O sr. Álvaro Dias. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado. V. Exa. não entendeu o pronunciamento do nobre deputado Nelson Buffara, porque convém a V. Exa. não entender.

Não pretendemos trazer para nossa bancada, ou para nossa pessoa, os méritos da vinda da Mensagem de aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual, a esta Casa.

Mas, talvez não fôsse nossa iniciativa, em nome de nossa bancada, procurando desengavetar um projeto que estava adormecido nesta Casa, talvez repito, ainda não teríamos a oportunidade de discutir e apreciar projeto dessa natureza.

V. Exa. diz alto e bom som dos méritos do Governo em ter enviado uma Mensagem de aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual. E nós dissemos, na oportunidade, quando discutíamos o projeto do ex-governador Paulo Pimentel, de aumento de 20%, que tínhamos ser uma manobra da ARENA, do Executivo. E, realmente, aquele nosso temor se confirma. Porque, o aumento de 30%, realmente só se configurará em agosto do corrente ano. E o mesmo que o projeto fôsse enviado em agosto e não agora.

Porisso, nobre Deputado, V. Exa. compreendeu perfeitamente bem o aparte do nobre deputado Nelson Buffara, V. Exa. apenas não quis entender. Respeitamos a forma que V. Exa. se conduz na tribuna desta Casa, mas queremos afirmar que discordamos com a forma de V. Exa. distorcer sempre, a seu bel-prazer, nossas manifestações.

O SR. PAULO POLI — Então, vejamos, nobre Deputado, quem está distorcendo os fatos. V. Exa. é jovem, inteligente como é, e confesso que tenho satisfação em dialogar com V. Exa., estou sempre ouvindo V. Exa. quando ocupa a tribuna com raro brilhantismo e com o entusiasmo de sua juventude e de grande parlamentar.

Mas, analisando este aparte, gostaria atentasse bem para o aparte anterior, quando V. Exa. disse que a bancada MDB não tinha conhecimento da Mensagem, e portanto, não estava discutindo o aumento do funcionalismo público, e se abstinha de se pronunciar a respeito. Isto no seu aparte anterior. Agora, V. Exa. contrariando V. Exa. mesmo, "através da imprensa", então sim, está certo e então eu nem concluo, porque estava entendendo, nobre Deputado e iria cometer uma injustiça contra V. Exa.. Então foi através da imprensa que V. Exa. teve conhecimento? De qualquer forma teve conhecimento da Mensagem.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Sempre acompanho com o maior interesse a palavra de V. Exa. na tribuna, sendo uma pessoa de grande espírito e com uma inteligência que todos nós reconhecemos.

O SR. PAULO POLI — É bondade de V. Exa..

O sr. Sebastião Rodrigues — Todavia, V. Exa. critica a minha bancada, os seus integrantes, dizendo que estranhou que nós não nos congratulássemos com a remessa da nova propositura do Governo, dando aumento aos funcionários públicos. Segundo V. Exa., nós não teríamos hoje nos manifestado, acerca da chegada dessa Mensagem no Protocolo da Assembléia Legislativa. Entendeu V. Exa., deixou claro a esta Casa, que nós deveríamos ter comemorado aqui a chegada da Mensagem e o cumprimento da palavra do líder do Governo.

festas quando o nobre Líder do Governo cumpre sua palavra. Isso é um fato tão natural para mim, sobretudo quando se trata de um homem com as tradições que tem nesta Casa o deputado João Mansur. Para mim é desnecessária qualquer manifestação de alegria; quando demos a êle nosso crédito de confiança, já demos, porque tínhamos certeza de que S. Exa. obteria, ou melhor, já havia entendimentos com o Governo do Estado, para que nova Mensagem fôsse remetida a esta Casa. Aliás, naquela oportunidade, deixei claro em aparte, que a volta da proposta ao Palácio Iguaçu, prendia-se a entendimentos prévios que deveriam existir, que resultaria na remessa de uma nova proposta, evidentemente com algumas vantagens a mais para os funcionários públicos. Por esta razão, não comemorei o cumprimento da palavra do líder do Governo, porque não poderia ser de outra forma.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lembra que falta 1 minuto para o encerramento da Hora do Expediente.

O SR. PAULO POLI — Agradeço a V. Exa..

O sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Tive oportunidade de ler a Mensagem n. 6-71, de S. Exa. o Governador, enviada ontem a esta Casa.

O SR. PAULO POLI — V. Exa. leu?

O sr. Maurício Fruet — Rápido, neste momento.

O SR. PAULO POLI — Parabéns.

O sr. Maurício Fruet — Obrigado infelizmente, a Mensagem prevê um aumento de 20% aos funcionários públicos. É a incorporação daquele abono aprovado em novembro de 70 e mais um aumento de 10% a partir de agosto. Pode V. Exa. ver que se esta Casa tivesse aprovado a Mensagem anterior do Governo anterior, os funcionários já teriam incorporado aos seus vencimentos esse aumento de 20%. Na realidade, foi totalmente inútil o retorno da Mensagem a S. Exa. o sr. Governador. Isso significa que os funcionários não receberam nenhum aumento em 70 e o aumento que vem a essa classe, é insuficiente para atender suas reivindicações.

Desculpe V. Exa. se me alonguei no aparte.

O SR. PAULO POLI — Agradeço a intervenção de V. Exa. e se V. Exa. quer debitar à bancada da ARENA, pelo fato de não ter sido aprovada a Mensagem anterior, quer dizer, foi um mau negócio que a bancada do MDB fez, porque a própria bancada concordou com o retorno da Mensagem. E tem mais, se esse aumento não foi votado em tempo hábil, é porque se fazia necessário que o Governo anterior convocasse extraordinariamente esta Assembléia que estava em recesso. A Assembléia Legislativa em recesso não poderia apreciar uma Mensagem do Governo, somente com o seu funcionamento normal.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — A Presidência advertiu-me que tenho apenas um minuto, porém se o sr. Presidente continuar distraído, conversando, concedo o aparte a V. Exa.. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está esgotada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Acyr José, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 109-70, de autoria do dep. Estadual, Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a Rodovia que liga Maringá a Bonsucesso, via Aquidaban. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 109-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que liga Maringá a Bonsucesso, via Aquidaban.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1970.

aa) Ivo Tomazoni — Presidente, Aguinaldo Pereira Lima — Relator, Roberto Galvani.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 301-70, de autoria do dep. Mattos Leão, restabelece a gratificação individual de produtividade aos servidores dos Portos de Paranaguá e Antonina, na forma e como especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 301-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica restabelecida, a partir de 1.º de novembro de 1.970, a Gratificação Individual de Produtividade a ser paga ao pessoal das Administrações dos Portos de Paranaguá e de Antonina, nos termos do art. 15, da Lei Federal n. 4.860, de 26 de novembro de 1.965.

Art. 2.º — Os benefícios de que trata o art. 1.º ficam estendidos aos funcionários efetivos, portadores de diploma de curso universitário, do "Poder Executivo", ocupantes dos cargos de Engenheiro e Arquiteto.

Art. 3.º — São extensivos aos engenheiros da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná, os benefícios de que trata o art. 3.º da Lei n. 6.156, de 2 de outubro de 1.970.

Art. 4.º — Aos integrantes da Série de Classes de Engenheiros e Arquitetos dos Quadros Próprios dos Departamentos de Edificações e Obras Especiais, de Água e Esgotos e Águas e Energia Elétrica, bem como aos Engenheiros do D.G.T.C., ficam estendidos no art. 3.º da Lei n. 6.156, de 2 de outubro de 1.970, a partir de 1.º de outubro do corrente ano.

Art. 5.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1.970.

aa) Sílvio Barros — Presidente, João Mansur — Relator, Fabiano Braga Côrtes

Redação Final — do Projeto de Lei n. 270-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio de Cr\$ 120.000,00 ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 270-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná, para fins de implantação neste Estado, da Universidade Espírita.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-4-71.

aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira — Presidente, Maurício Fruet — Relator, Pinto Dias

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 30-70, de autoria do Dep. Luiz Cruz, que autoriza o Poder Executivo, a doar à Prefeitura Municipal de Colombo, através do D.A.E.E., o material elétrico, entregue em comodato àquela Prefeitura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Com Substitutivo Geral. — Aprovado pelo Substitutivo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 44-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Bituruna, a Usina Hidrelétrica, localizada no rio Jararaca, naquele Município. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com Emenda.

Encerrada a discussão. Em votação o Projeto, ressalvada a emenda. Aprovado o Projeto. Em votação a emenda. Aprovada.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 59-69, de autoria do dep. Sílvia Barros, que fica assegurada a prerrogativa para distribuição de bolsas de estudo através dos Senhores Deputados para o ensino médio. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F.. — Sobre o Projeto há uma emenda de autoria do deputado Santos Lima, nos seguintes termos:

“EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 59-69

Substituam-se o art. 1.º, § único do art. 2.º, art. 3.º, art. 7.º e art. 8.º, pelos seguintes:

“Art. 1.º — Fica assegurada aos deputados, a prerrogativa de distribuir bolsas de estudo para o ensino médio e superior”.

“Art. 2.º

“§ único — A Mesa da Assembleia distribuirá formulário contendo os requisitos e formalidades exigidos pela Secretaria de Educação e Cultura, estabelecendo-se vinte (20) bolsas para o ensino médio e três (3) para o ensino superior a cada deputado”.

“Art. 3.º. A distribuição das bolsas de estudo será feita a critério dos deputados e somente terão validade quando destinadas a estabelecimentos particulares de ensino médio ou para qualquer estabelecimento de ensino superior”.

“Art. 7.º. As bolsas de estudo serão renováveis automaticamente e válidas para todas as séries do curso para o qual forem concedidas”.

“Art. 8.º. O recurso destinado a fazer face às despesas decorrentes desta Lei, serão consignados no Orçamento do Estado para o exercício de 1972”.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1.971.

Santos Lima”

Em votação o Projeto, ressalvada a emenda do deputado Santos Lima. — Aprovado. Em votação a emenda. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 211-70, de autoria do dep. Luiz Cruz, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00, à viúva Lúcia Maria Teixeira Costa. Sem Pareceres em Regime de Urgência. — Aprovado artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de aural do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 99-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do

Expediente, solicitando, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 6-71.
— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, ao sr. Newton Sponholz, pelo lançamento, no próximo dia 1.º de maio do livro "A Terra e o Homem no Sul do Paraná, Problemas e Perspectivas". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando seja enviado ao sr. Presidente da República, Emílio Garrastazú Médici e ao sr. Marechal do Ar, Márcio de Souza Mello, congratulações pela promoção do Brigadeiro do Ar Délio Jardim de Mattos ao Posto de Major Brigadeiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, Constante do Expediente, solicitando seja enviado apêlo ao sr. Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda no sentido de que o I.C.M. devido pelos compradores de madeira em tora, seja recolhido dentro do mesmo prazo concedido aos demais contribuintes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando a designação de um local para as visitas nesta Casa. — A Comissão Executiva para deliberar. — A Comissão Executiva vai proceder o estudo sobre o requerimento de autoria do deputado Domício Scaramella.

Requerimento de autoria do sr. deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando da Secretaria de Educação e Cultura providência no sentido de dotar a Escola de Aplicações "Evaristo da Veiga", de Londrina, do equipamento necessário para seu funcionamento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando apêlo ao sr. Ministro de Transportes, no sentido de serem tomadas providências para que seja suplementada a verba necessária para a continuação das obras da BR-369. Em discussão.

Tem a palavra para encaminhar a votação o deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados. Encaminho à Mesa neste instante, um requerimento a S. Exa. o sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja suplementada a verba para conclusão da BR-369. A fim de instruir este pedido, levo ao conhecimento da Casa que o expediente foi encaminhado a S. Exa. o sr. Governador do Estado quando ainda candidato, pela Associação dos Municípios do Vale do Ivaí. (Lê o requerimento constante do Expediente).

Nós encaminhamos esta solicitação ao sr. Ministro dos Transportes porque nós vimos no Orçamento da União uma verba de 100 milhões de cruzeiros para continuidade desta estrada, uma estrada que já foi gasto rios de dinheiro e que se encontra paralisada, em prejuízo daquela região. Formulamos este apêlo e pedimos o apoio dos nobres Deputados para este encaminhamento, para que seja suplementada verba para a Estrada-369, ligando Jandaia do Sul a Campo Mourão, Campo Mourão-Cascavél e para a qual tanto lutei, como os demais Deputados daquela região, e que nós paranaenses devemos lutar ligando já, de Cascavél a Foz do Iguaçu, que se encontra concluída. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do sr. Gilberto Carvalho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. deputados Wilson Brandão, Cândido

Martins de Oliveira, Armando Queiroz e Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, levam ao conhecimento da douta Mesa, que irão proceder a instalação da Comissão Especial de Reforma da Lei Orgânica dos Municípios no próximo dia 29, quinta-feira, na Sala de Reuniões das Comissões, após a sessão plenária desta Casa. — **Lido no Plenário.** Solicitada a indicação do representante do M.D.B..

Requerimento de autoria do sr. deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando apêlo ao sr. Secretário de Obras Públicas, visando a instalação de Rede de Energia Elétrica ao Longo da BR-116. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao desembargador Luiz Silva Albuquerque, pela sua reeleição como Presidente do Conselho Regional dos Escoteiros do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de congratulação ao Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, pela passagem de mais um aniversário de sua fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado sugestões ao sr. Governador do Estado no sentido quanto ao problema da poluição das águas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado sugestões ao sr. Governador do Estado, no sentido de recomendações às Entidades Financeiras Governamentais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando informações ao sr. Diretor do I.P.E.. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Indicação de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, indicando o nome do sr. deputado Mauricio Fruet para compor a Comissão Especial que estudara o Ante-Projeto de Lei Orgânica dos Municípios, e o deputado Mauricio Fruet, como suplente. Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões para os devidos fins.

Indicação de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, indicando o deputado Antônio Belinati, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que procurará levantar irregularidades nos serviços de taxis e transportes coletivos municipais e intermunicipais. — Ao Departamento Legislativo — Divisão de Comissões para anotar.

Esta Presidência anuncia a presença dos srs. Evilásio Rangel Cordeiro de Jacarezinho, sr. Prefeito de Kaloré, do Vice-Prefeito de Paranavaí, Mário Afonso Costa.

Em explicação pessoal, concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Primeiramente, queremos nos referir a uma reportagem que o jornal "Fôlha de Londrina" estampou por duas vezes consecutivas, mostrando gravíssimas irregularidades da administração de um Prefeito Municipal. Trata-se do Prefeito da cidade de São João do Ivaí. Este Prefeito, de acôrdo com a notícia estampada pela imprensa de Londrina, entre outras gravíssimas irregularidades, teria adquirido bois para sua fazenda com o dinheiro do ICM, dando ao vencedor uma procuração para receber no Banco em Faxinal. A parte que a Prefeitura teria direito do ICM,

Este é um fato que vem envergonhar o Poder Executivo Municipal daquela cidade de São João do Ivaí.

Trata-se de um homem já afastado do cargo pela Câmara de Vereadores, mas que, posteriormente tendo apresentado uma liminar na Comarca de Ibaiporã, o Juiz lhe deu ganho de causa, lhe concedeu a liminar, e com isto ele reassumiu a Prefeitura de São João do Ivaí.

Quero daqui, sr. Presidente, srs. Deputados, dizer que aguardamos confiantes porque a autoridade deve ser a primeira a dar o bom exemplo, ela deve se dar ao respeito para ser respeitada. E quando vemos um homem investido em um mandato que lhe foi confiado pelo povo, fazer negociatas baixíssimas como esta de aumentar seu plantel de gado com o dinheiro que o Estado mandou que o Banco fizesse o pagamento para a Prefeitura da cidade de São João do Ivaí.

E por último, sr. Presidente, srs. Deputados, se falou aqui do silêncio do MDB quanto à Mensagem do novo Governador para dar aumento ao funcionalismo público estadual. Não temos nenhum elogio a fazer ao sr. Governador do Estado, já recebemos até a pecha da demagogia, mas verdadeira demagogia é esta Mensagem de aumento do sr. Governador, que manda para cá apenas com o intuito, quem sabe, de fazer média política, em cima, mais uma vez, do funcionalismo público estadual, porque muita gente lê nos jornais que o funcionalismo terá um aumento de 30%, mas quando vai ler o noticiário de ponta a ponta, vai chegar a conclusão de que é uma ilusão esta Mensagem de aumento. Porque, na verdade, os funcionários públicos estaduais já receberam esses 20%, em forma de abono e vai receber os outros 10% somente em agosto.

Lembrei aqui o senhor Presidente da República, e citarei como exemplo que o Chefe da Nação jamais alguém ouviu de S. Exa. qualquer notícia que viesse fazer demagogia em cima do servidor público federal. É sabido que, possivelmente, dia 1.º de maio, o Chefe da Nação, como já é praxe anunciará um aumento aos servidores públicos federais. Porém, só dará divulgação quando vigorar o aumento. Isto para evitar as especulações políticas em torno daquilo que é um direito do servidor público.

Mas, aqui no Paraná, quando o aumento será a partir de 1.º de agosto, o sr. Governador do Estado já manda Mensagem a esta Casa, iludindo os servidores públicos estaduais do Paraná.

Lamento profundamente. Voltaremos ao assunto com mais detalhes. Iremos acompanhar, com atenção, o andamento desta Mensagem. Voltaremos favoravelmente, porque, bem ou mal, é uma Mensagem de aumento. Mas sentimos sr. Presidente, srs. Deputados, que se tenha feito tanto carnaval com uma Mensagem que irá vigorar, um aumento concreto, a partir de 1.º de agosto, e não sabemos se o pagamento será em agosto. Porque já vimos, em muitas épocas, no Paraná, que o aumento aprovado, levava três, ou quatro meses para começar a ser recebido, para o servidor público começar a receber aquela parcela decretada como majoração dos salários.

Era o que tínhamos a dizer, sr. Presidente, srs. Deputados, mas voltaremos ao assunto. E se hoje não estamos elogiando esta Mensagem é porque ela não agradou a este Deputado, nem a vários funcionários com quem tivemos oportunidade de conversar no dia de hoje.

Era só, sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei ns. 218-69 e 258-69;

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 44-70, 59-69 e 211-70.

Levanta-se a sessão.